

UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO PAJUBÁ EM ENTREVISTAS DO FIM DA DÉCADA DE 1980

DISCOURSE ANALYSIS OF PAJUBÁ IN INTERVIEWS FROM LATE 1980S

Thaís de Araújo da Costa¹

Vanise Medeiros²

Kaya Araújo Pereira³

Resumo: Com base no encontro entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise do Discurso materialista, este artigo propõe analisar os vocabulários pajubá-português produzidos em depoimentos de travestis profissionais do sexo, em meio a reportagens do fim da década de 1980. Como hipótese, esses vocabulários fazem circular sentidos ainda invisibilizados, como os saberes linguísticos, urbanos, relacionais etc. das monas. Ao longo da análise, buscou-se refletir sobre como a produção de visibilidade para a vida de uma “travesti” se confronta com a produção de visibilidade para a língua, em meio a uma leitura de textos introdutórios, definições e exemplos.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Língua; Arquivo; Travesti; Profissionais do Sexo.

Abstract: Based on History of Linguistic Ideas and materialist Discourse Analysis approaches, this article proposes an analysis of Pajubá-Portuguese vocabularies in travesti sex workers’ testimonials, amidst reports from late 1980s. The hypothesis is that these vocabularies put into circulation yet invisible meanings (*sens*), as linguistic, urban, relational knowledges of monas. By analysis, we aimed to investigate how visibility to the life of a travesti conflicts with the visibility to the language, in introductory texts, definitions and examples.

Keywords: Discourse Analysis; language; Archive; Travesti; Sex Workers.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Estudos da Linguagem – Universidade Federal Fluminense; Professora Adjunta – UERJ; E-mail: araujo_thais@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8599-3528>.

2 Doutora em Letras – Universidade Federal Fluminense; Professora Associada – Universidade Federal Fluminense; E-mail: vanisegm@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6998-9377>.

3 Mestra em Estudos da Linguagem – Universidade Federal Fluminense; Professora de Português – Prefeitura de Saquarema; E-mail: kaya.adup@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2674-7302>.

Introdução

O pajubá tem sido descrito como uma língua de resistência das travestis profissionais do sexo, ao longo da ditadura militar brasileira (1964-1985), em razão do recurso de substituição de palavras do português por outras (neologismos, africanismos etc.) (cf. Araujo, 2018; Alonso, 2005; Moura, 2018; Petri, 2022). O primeiro dicionário de pajubá foi publicado em 1992 e disponibilizado digitalmente em 2019 (Astral, 2019 [1992]). Desde 1980, outros sentidos têm sido produzidos sobre a língua, em diversas materialidades: estudos acadêmicos, programas de televisão, jornais, livros, álbuns musicais etc. (cf. Pereira; Medeiros; Costa, 2025).

Neste artigo, busca-se analisar vocabulários pajubá-português elaborados em reportagens do fim da década de 1980, a partir de uma perspectiva discursivo-materialista de História das Ideias Linguísticas (Auroux, 1992; Orlandi, 2002). Como hipótese, as reportagens com os vocabulários teriam feito circular discursos ainda invisibilizados sobre as travestis profissionais do sexo, sua língua, seus saberes urbanos, dada a recente possibilidade firmada pelo fim da censura (1988): a de travestis aparecerem na televisão. Portanto, o objetivo é remeter os textos introdutórios, as seleções e as definições dos vocabulários pajubá-português às suas condições de produção (cf. Nunes, 2003), analisando-os discursivamente, à luz da perspectiva teórica que se apresenta a seguir.

1 Para o estudo do discurso sobre língua(s)

Em uma perspectiva discursivo-materialista (Pêcheux, 1997 [1969], 1995 [1975]), a relação entre sujeito, língua e história é mediada pela ideologia. Para Althusser (1980 [1970]), a ideologia constitui os indivíduos em sujeitos ao se reproduzir/se transformar por meio de práticas inscritas em aparelhos ideológicos do Estado. Um dos exemplos utilizados por Althusser (1980 [1970]) é o da interpelação implacável de um nascituro como “menino” ou “menina”:

Todos sabemos quanto e como uma criança que vai nascer é esperada. O que equivale a dizer muito prosaicamente, se pusermos de lado os “sentimentos”, isto é, as formas da ideologia familiar, paternal/conjugal/fraternal, nas quais a criança vai nascer é esperada: está previamente estabelecido que terá o Nome do Pai, terá portanto uma identidade, e será insubstituível. Antes de nascer, a criança é portanto sempre-já sujeito, designado a sê-lo na e pela configuração ideológica familiar específica em que é “esperada” depois de ter sido concebida. É inútil dizer que esta configuração ideológica é, na

sua unicidade, fortemente estruturada, e que é nesta estrutura implacável mais ou menos “patológica” (supondo que este termo tem um sentido adequado), que o antigo futuro-sujeito deve “encontrar” o “seu” lugar, isto é, “tornar-se” o sujeito sexual (rapaz ou rapariga) que já é previamente (Althusser, 1980 [1970], p. 102-103).

Para compreender o excerto, consideremos que os cidadãos brasileiros se deparam com formulários que exigem a identificação com “sexo masculino” ou “sexo feminino”. Poderíamos dizer que o indivíduo “selecionará” o campo com o qual se identifica. Em uma perspectiva materialista, o indivíduo (sob a forma do sujeito de direito⁴) não “selecionará” um campo; antes, ele foi “selecionado” para ocupar um dos campos, valendo-se do processo exposto acima por Althusser (1980 [1970]).

De acordo com Pêcheux (1995 [1975], p. 159), é a ideologia que designa “o que é e o que deve ser”. Contudo, sentidos outros não cessam de retornar: há resistência e essa interpelação tem falhas⁵. Hoje já existem formulários contendo as opções “outro”, “travesti” etc. Os efeitos do acréscimo compõem a disputa entre a “estrutura implacável” descrita no excerto acima por Althusser (1980 [1970], p. 103) e suas falhas: há sujeitos de/a “sua” identidade de gênero diferente.

Trata-se de formações ideológicas em confronto. Conforme Haroche *et al.* (1971 *apud* Courtine, 2014),

falar-se-á de *formação ideológica* para caracterizar um elemento suscetível de intervir, como uma força confrontada a outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social num dado momento: cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e representação que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relações às outras (Haroche *et al.*, 1971, p. 102 *apud* Courtine, 2014, p. 71).

Neste artigo, estudam-se as relações entre formação ideológica midiática e outras, como a ideologia linguística que se reproduz na prática de hierarquização de línguas, de sistematização e definição de um léxico

4 “Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*. A ‘forma-sujeito’ é, de fato, a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (Althusser, 1972, p. 67 *apud* Pêcheux, 1995, p. 183).

5 O “*nons-sens* [sem-sentido] do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, *nunca é inteiramente* recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto, porque o tempo da produção e o do produto [...] estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma ‘pulsação’ pela qual o *non-sens* inconsciente não para de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar” (Pêcheux, 1995, p. 300).

etc. Como veremos, a constituição do sujeito-espectador/consumidor, em relação a um tema (“a vivência das travestis profissionais do sexo”), se refere à conjuntura histórica de redemocratização do Brasil e, conseqüentemente, da atenuação da censura midiática. Havia uma luta pelos direitos humanos e pela consolidação da democracia, da qual fazia parte o jornalismo investigativo (cf. Sequeira, 2005). Esse efeito pró-direitos humanos não ressoa unívoco: a exploração midiática de certos problemas sociais pode agravá-los, ridicularizá-los, justificá-los, naturalizá-los.

Os repórteres Goulart de Andrade e Roberto Maya, bem como as entrevistadas Andreá de Mayo, Jocastra Josiane e Panther, cujos dizeres participam do *corpus* sob análise, não são somente sujeitos de seu dizer, mas sujeitos *a* seu dizer. Conforme Courtine (2014, p. 73), é “no interior de uma formação discursiva que se realiza o ‘assujeitamento’ do sujeito (ideológico) do discurso”. Com Althusser (1980 [1970]):

Como todas as evidências, incluindo as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua uma significação” (portanto incluindo as evidências da “transparência” da linguagem), esta “evidência” de que eu e você somos sujeitos – e que esse fato não constitui um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (Althusser, 1980 [1970], p. 95).

De acordo com Courtine (2014, p. 72), as formações discursivas são “componentes interligados das formações ideológicas” e “mantém entre si relações contraditórias que se inscrevem na própria materialidade dessas formações discursivas, em sua materialidade linguística” (Courtine, 2014, p. 72). Para Pêcheux (1995), uma formação discursiva é aquilo que “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito*” (Pêcheux, 1995, p. 160). Conforme Pêcheux (1995, p. 162), uma formação discursiva “dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas”: o interdiscurso.

Em síntese, os dizeres sobre o pajubá, de que fazem parte as palavras e frases traduzidas do pajubá para o português, serão compreendidos como discursos sobre⁶ a língua, em sua relação com o interdiscurso. Conforme Aurox (1992), as listas temáticas de vocabulário (profissões, plantas etc.)

6 Para Orlandi (1990, p. 37), os discursos sobre são “uma das formas cruciais de institucionalização dos sentidos”. E continua: “O discurso sobre é [...] parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos [...]. Ele organiza, disciplina a memória e a reduz” (Orlandi, 1990, p. 37).

são “os mais antigos instrumentos pedagógicos da humanidade” (Auroux, 1992, p. 71), estando na origem dos dicionários (cf. Auroux, 2007). Ainda com Auroux (1992), a produção de conhecimento linguístico não deixa intactas as relações sociais.

Por um lado, a dicionarização da língua nacional no Brasil republicano buscou representar o “povo brasileiro” na língua, com suas contradições e apagamentos. Por outro lado, essa dicionarização tem sido “complementada” por vocabulários de termos técnicos, regionalismos, entre outros, ausentes do dicionário (cf. Nunes, 1997; 2010). Segundo Medeiros (2016), os glossários – relacionados ao vocabulário, à lista de palavras – não buscam a completude de uma língua nacional como o dicionário, mas, tensioná-la, inscrevendo-se como uma “marca de singularidade” (Medeiros, 2016, p. 81). Medeiros (2016) acrescenta que os vocabulários iluminam as palavras “já-postas” da língua, promovendo “partições”, instaurando “limites de pertencimento a uma língua” (2016, p. 81).

Para concluir, Orlandi e Souza (1988) definiram a língua sistematizada de instrumentos linguísticos como uma língua imaginária, em oposição à língua fluida, que sempre escapa à sistematização, que continua a produzir efeitos de sentidos imprevisíveis. O discurso jornalístico pajubá-português (isto é, os efeitos de sentido sobre o pajubá, em sua relação com o português, no âmbito do discurso jornalístico sobre as travestis) institucionaliza um modo de interpretar o confronto entre sujeitos, línguas, sentidos. Mas os efeitos de tal confronto escapam à estabilidade, à unidade e à aparente equivalência entre palavras e frases, como veremos ao longo da análise.

2 Apresentação do corpus

A TV Bandeirantes foi fundada pelo empresário Jorge Saad (1919-1999), em 1967. A partir de 1970, passa a se chamar Rede Bandeirantes. Deve-se ao casamento de Saad com a filha do político e dono da Rádio Bandeirantes (1937), Adhemar de Barros. Em 1972, Saad teria dito que a censura “deve e precisa existir, para a defesa da família, das instituições e do menor”. Em 1987, época da edição tematizada neste artigo, Saad teria dito: “Menos Estado e mais indivíduo, menos Estado e mais sociedade, menos Estado e mais liberdade” (“Dono de ‘palácio [...]’”, Folha, 11/10/1999).

Já a TV Manchete foi fundada em 1983, por Alfredo Bloch (1908-1995), dono da Editora Bloch, que já publicava a bem-sucedida revista Manchete. No programa de estreia da TV Manchete, em 1983, o então general Figueiredo disse: “Manifesto a certeza de que ela será um instrumento importante

na conquista das aspirações de todos os brasileiros, pela contribuição que certamente trará nas áreas da educação, da informação e do entretenimento” (Rede Manchete, online, s.d.). Não ingenuamente, a menção a tais falas públicas busca sugerir a possível subordinação do aparelho da informação ao Estado, cabendo-lhe aliar a prática de informar ao gesto de individualizar, educar, entreter o cidadão.

O primeiro recorte que compõe o *corpus* é de uma edição do programa *Comando da madrugada*, da Rede Bandeirantes, exibida por volta de 1988. Nele, Andréa de Mayo (1950-2000) foi entrevistada por Goulart de Andrade (1933-2016), no centro da cidade de São Paulo (SP). Vemos Goulart sentado em uma cama, ao lado de outras duas travestis que permanecem em silêncio ao longo da cena, sendo maquiado por Andréa. Escutamo-la no vídeo preparando o repórter para sua vivência de prostituição com as travestis, ensinando-lhe algumas coisas, entre elas, algumas frases em pajubá usadas e suas traduções para a língua da nacional/língua da mídia (recorte I).

Na transcrição dos recortes, utilizam-se parênteses para informar ao leitor o que está sendo visto ou ouvido; os parênteses vazios, as palavras que não se pôde ouvir bem; os hifens, uma formulação silabada, como em um ditado; as sílabas em caixa-alta, o aumento da voz; os dois-pontos, o prolongamento de vogais e, por fim, as reticências buscam informar pausas longas. Trata-se de uma simplificação da norma de transcrição proposta pelo Projeto da Norma Urbana Oral (NURC) (Castilho; Preti, 1986).

Recorte I. Imagem e transcrição do áudio



A: acuenda o ocó

G: acuenda-o-ocó

A: que o ocó é bem de aquê

G: que que significa?

A: significa pega ((pega o ar com a mão)) o cliente que ele tem muito dinheiro

G: viu? ((aponta para a câmera)) cê não sabia

A: é... sabe

G: mona... acuenda o ocó

A: é...

A: agora... mona não acuenda o ocó que o ocó é uó quer dizer num nem ((faz xis com as mãos)) chega perto que ele não tem dinheiro

G: mona... ((olha a câmera)) ((desmunheca com a mão)) não acuenda o ocó que o ocó é uó

A: é... não tem dinheiro... agora

G: ((voz mais fina)) ((desmunheca com a mão)) fala com a vizinha assim

A: ((risada)) tem... agora o/o mais gostoso é quando chega a polícia... uma pra outra mona os alibã tchtchtch ((onomatopeia)) ((dedos indicador e médio imitando correria)) sai todo mundo correndo

G: ((risada))

Fonte: VEM COMIGO. Goulart e os travestis. 2016 [online], 22min10s-23min2s; transcrição autoral.

O segundo recorte é de uma edição do programa *Documento Especial* (TV Manchete), de 1989, reexibida pelo Canal Brasil por volta dos anos 2000. O tema também era “a vivência das travestis” no centro do Rio de Janeiro (RJ). O apresentador Roberto Maya menciona a existência do que indica como “dialetos próprios”, compartilhado pelas travestis. Em seguida, a imagem exibe as travestis Panther, sentada no capô de um carro de frente para a câmera, e Jocastra Josiane, de costas para a câmera. A entrevistadora não fala ao longo do trecho nem aparece na tela, enquanto as entrevistadas elaboram um vocabulário pajubá-português, com alguns exemplos (recorte II).

Recorte II. Imagem e transcrição do áudio



Roberto Maya: ((voz over)) a pressão social obriga os travestis a viverem em verdadeiros guetos... eles compartilham um mundo à parte e até um dialeto próprio

Jocasta Josiane: ((voz over)) ((transição de cenas)) ah... alibã... alibã quer dizer polícia

Panther: ((toca cabelos e rosto)) ((ajeita óculos)) ((sentada no capô)) polícia

J: ((de costas)) (malápio) vagabundo

P: ((sorri))

J: aquê é dinheiro

P: elza é roubar ((olha o lado)) beijar também quer dizer roubar ((ri)) muco é cabelo ((joga o cabelo à frente)) entendeu... jogar é jogar o muco... acuardar assim é você olhar ((encara)) aCUENda mona... você olha assim...

J: ou desacuendar... você sair ((xô com a mão esquerda))

P: desacuenda você sai nê ((estala os dedos com a mão direita)) aCUENda mona pa-pa-pum e revólver ((olha o lado)) ((bate na perna e uma palma)) quer dizer assim ((olha a frente)) () pa-pa-pum ((bate uma palma, olha o lado)) assim entendeu () ((ajeita o cabelo))

J: obé é navalha canivete (qualquer coisa)

P: obé é navalha obé xirê é navalha obé faím é faca... e cana/canivete também pode ser obé... obé xirê

J: mona... somos nós... moninhas

P: monas de e-quê ((ajeita o vestido))

J: monas de equê... equê quer dizer mentira

P: é... quer dizer mulheres de mentira ((olha o lado)) ((mão na coxa e outra no tórax)) então mulheres de canudinho ou gayrotas... tanto faz...

J: é...

P: é... mapoa quer dizer mulher... quer dizer... o órgão genital feminino

J: mona é mapô... é

P: entendeu? amapô... órgão genital feminino... e... mona também pô... é... mona é mulher... nós somos monas de equê

J: é... monas de equê

Fonte: PEDRO, J. Documento Especial: Travestis. Manchete, 1989. Arquivo de vídeos. YouTube. s.d., 16min40s-17min20s; transcrição autoral.

O primeiro recorte (*Comando da Madrugada*, c. 1988) sucede a um corte e se encerra com outro, ou seja, o diálogo transcrito é uma cena à parte na reportagem. Já o recorte II (*Documento Especial*, 1989) se compõe de uma cena com comentário introdutório em voz over, introduzindo a cena do vocabulário. Esse destaque na montagem, produzido pelo gesto de edição, pode ser compreendido como uma espacialização dos sentidos, uma divisão que (re)constitui um “sítio de significância” (cf. Orlandi, 2001): um gesto de interpretação que possibilita outros gestos de interpretação, como o que se busca elaborar agora.

3 Análise do corpus

O indivíduo que assiste a reportagem é convidado a uma investigação sobre a vivência das travestis no centro de grandes cidades brasileiras⁷. As reportagens analisadas foram exibidas para o público de televisão à noite (*late-night television*), repetindo certa relação entre a noite e a travesti profissional do sexo. Reitera-se que a conjuntura histórica era a da redemocratização: o retorno das eleições diretas, a instituição da nova Constituição (1988) e, com ela, o enfraquecimento da censura, novos direitos do cidadão etc.

A polícia e boa parte da sociedade civil ainda buscavam o “extermínio simbólico” (cf. Orlandi, 1999) às travestis (cf. Pereira; Medeiros; Costa, 2025), negando o acesso a direitos por certas cidadãs. As reportagens, aparentemente solidárias à causa das travestis profissionais do sexo, buscam oferecer a verdade sobre “o travesti” (nas palavras da mídia). Em uma perspectiva discursiva, desdobra-se um discurso opaco sobre quem são elas e sobre quem são os cidadãos espectadores em relação às cidadãs entrevistadas.

Para este artigo, optou-se por aprofundar a análise parcial do *corpus* em duas subseções: a primeira compreende a análise do “efeito-começo” no *corpus*; a seguinte investiga os discursos sobre “nomes de sujeitos”. Em uma perspectiva discursiva, o “começo” de um discurso se caracteriza como um efeito de início, em relação a uma memória de começos já escritos, como, por exemplo, o “era uma vez” dos contos de fada (cf. Indursky, 2019). Trata-se de uma ilusão de “começo”, uma ilusão de que os sentidos sobre uma língua das travestis comessem aí no dizer. Começam *antes*, ou seja, em relação ao já-dito.

⁷ Ao longo do século XX, a multidão *queer* começa a conviver na região central de metrópoles à noite. Era uma tomada de assalto do espaço majoritário, em termos de Preciado (2011).

Primeiro gesto de análise: o efeito-começo

Decerto, a investigação de como se constituiu historicamente o modo de começar a dizer sobre a(s) língua(s) no Brasil e, em especial, sobre a língua da multidão *queer*, excede o escopo do artigo. Brevemente, começa-se a dizer sobre a língua da multidão *queer* no Brasil, pelo menos, desde o primeiro vocabulário médico-legal com palavras que teriam sido usadas por homossexuais, no fim da década de 1930 (cf. Whitaker *et al.*, 1938/1940). Nele, estudou-se a língua dos homossexuais como “gíria”, enquanto um dos elementos que constituíam o perfil do sujeito homossexual como criminoso.

Na esteira de tal memória do dizer, ainda a ser investigada⁸, analisam-se as sequências discursivas que “começam” os recortes. A SD 1 (*Comando da madrugada*, c. 1988) é o início da cena em que Andréa de Mayo maquia Goulart de Andrade, preparando-o para uma noite na pista com as travestis. Já a SD 2 (*Documento Especial*, 1989) é uma cena breve que antecede a cena de elaboração do vocabulário pajubá-português; nela se sobrepõe a voz-over de Roberto Maya à filmagem da entrada em uma casa não identificada. Essa cena introduz o vocabulário com as travestis Panther (de frente, ao centro, sentada sob o capô de um carro) e Jocastra Josiane (de costas, ao canto da tela). Antes de elas aparecerem, a primeira entrada do vocabulário se ouve enquanto aquela filmagem termina.

SD 1 (Andréa de Mayo - Goulart de Andrade; Recorte I)

A: Vocês vão aprender coisas do arco-da-velha (comigo).

G: Deve ter um vocabulário específico, especial.

A: Sim, nós temos uma linguagem própria.

G: Fala (outras) coisas aí.

A: Ai, como é...

G: Como é que fala cliente.

A: Eh, ocó.

SD 2 (Roberto Maya - Jocastra Josiane - Panther; Recorte II)

R: A pressão social obriga os travestis a viverem em verdadeiros guetos. Eles compartilham um mundo à parte e até um dialeto próprio.

⁸ Uma análise dos discursos sobre a língua da multidão *queer* anteriores à década de 1980 no Brasil será elaborada em meu doutorado.

J: Alibã, alibã quer dizer polícia.

P: Polícia.

As SD 1 e SD 2 têm uma reformulação parafrástica com a repetição de uma materialidade significativa: o adjetivo “próprio, -a” para “linguagem” (SD1) e “dialeto” (SD2), estabelecendo uma tensão entre o “próprio” a alguns e o comum a todos. Há, também, o efeito de uma hierarquização entre “dialeto”, “vocabulário”, “linguagem”, tomando a língua da mídia como evidente; o efeito de uma compartimentação do pajubá como “vocabulário específico” e, por fim, o efeito de uma descrição como “linguagem”. Como (não) se produzem tais efeitos de sentido como evidência aos sujeitos em questão?

A repetição do significante “próprio” é uma marca do par ideológico unidade/diversidade linguística. Esse efeito de complementaridade se relaciona com o efeito de unidade da dicionarização do português no Brasil, ao qual se sucederam uma série de dicionários de complementos, de lacunas etc. (cf. Nunes, 2003). Em uma perspectiva discursiva, essa memória do discurso sobre língua(s) no Brasil institui um modo de (re)conhecer a relação entre o português e o pajubá, na medida em que se inscreve uma propriedade das travestis, uma “marca de singularidade” (cf. Medeiros, 2016), em tensão com o “todo” da língua nacional.

Nas SD1 e 2, comparece a tensão entre a subcategorização e a abrangência do pajubá, em sua relação ao português, apagando outros sentidos possíveis, no âmbito do discurso jornalístico pajubá-português. Aparentemente, essa tensão pode vir a compor a resistência da travesti profissional do sexo, pois se efetua um deslocamento do significante da subcategorização da língua (“dialeto” / “vocabulário”) para o significante “linguagem”, que conferiria “outra” grandeza ao “mesmo”. Essa grandeza não é nem positiva, nem negativa, *a priori*. O deslocamento para o significante “linguagem” pode significar maior prestígio, como também certo desprestígio como uma não-língua, entre outros sentidos possíveis.

Segundo gesto de análise: nomes de sujeitos

Conforme Nunes (2010), o sujeito lexicógrafo “estabelece uma relação muito específica com as palavras, ou seja, de modo geral, a de selecioná-las e produzir um discurso sobre elas” (Nunes, 2010, p. 7). Nunes (2003) explica que a definição de um dicionário (e de uma lista) “simula o interdiscurso [...] em seu interior” (Nunes, 2003, p. 14). Continua Nunes (2003): “A

análise procura identificar as filiações discursivas que configuram o campo de memória e que determinam o enunciável da definição” (Nunes, 2003, p. 14). Com a finalidade de organização e legibilidade, cada trecho inicia com as palavras do pajubá que serão tematizadas pelas análises contidas nele.

I. alibã; ocó: O primeiro item do vocabulário da edição do *Comando da Madrugada* responde ao pedido da tradução de “cliente” (SD1). Na edição do *Documento Especial*, o primeiro item é uma tradução de “alibã” (SD2). Os vocabulários começam com a “seleção” de entradas com alguns nomes; antes, esses itens foram “selecionados”, a partir de uma memória do definível em pajubá. Em relação a essa memória, as entradas colocam em circulação discursos sobre o trabalho e o aparato repressivo: o “ocó” (“cliente”; “homem”) e o “alibã” (“polícia”).

Decerto, a tentativa de tradução de “cliente” (SD1) filia-se ao discurso dominante: aquele a quem se vende/atende em um serviço “é” aquele que tem dinheiro. Além disso, o funcionamento de “ocó é cliente” porque “homem é ocó” se garante pelo efeito de evidência: todo cliente é homem. Essa evidência pode vir a repetir o já-dito sobre o trabalho de prostituição da mulher, isto é, o sentido de um consumidor homem, em sua relação com outros sentidos impossíveis, como o de uma clientela mulher.

Já a tentativa de tradução de “alibã” (SD2), um significante que visibiliza uma relação com o aparato repressivo do Estado, constitui-se como um depoimento espontâneo pelo gesto de edição, na medida em que se apaga a pergunta da entrevistadora. Novamente se visibiliza uma relação entre sujeito e instituição: “cliente” / “homem” / “ocó”, de um lado; “alibã” / “polícia”, de outro. A princípio, o discurso jornalístico pajubá-português sobre o trabalho e sobre o aparato repressivo pode vir a repetir a relação entre a multidão *queer*, o crime e a língua, trazer à tona o não-dito (a democracia falha) etc. A seguir, analiso outras entradas com “nomes de sujeitos”, a fim de aprofundar o gesto de análise.

II. (a)mapô(a); mona, de equê: Agora, gostaria de analisar uma relação entre os sentidos “mapoa” / “mapô” / “amapoa”, “mona” e “mona de equê”, na SD 3 (*Documento Especial*, 1989):

SD 3 (Panther ■ Jocastra Josiane; recorte II)

P: Mapoa quer dizer mulher, quer dizer, o órgão genital feminino.

J: Mona é mapô.

P: Entendeu? Amapô, órgão genital feminino. E mona também pó-. É, mona é mulher. Nós somos monas de equê.

J: É. Monas de equê.

A tentativa de tradução de “mapoa” é uma das mais extensas do discurso jornalístico pajubá-português: “quer dizer mulher, quer dizer, o órgão genital feminino. Entendeu? Mona é mapô. É. Amapô, órgão genital feminino”. Talvez se busque produzir o efeito de precisão sob a ilusão de que uma definição possa dar conta dos sentidos, que sempre lhe excedem, lhe escapam. Primeiro, formula-se uma sinonímia com “mulher”, “órgão genital feminino”, “mona”. Depois se repete, se firma. Em seguida, há uma hesitação: “E mona também **pó-**.” Por fim, uma comparação.

Em suma, a rede sinonímica no início da SD 3 (“mapoa” / “mulher” / “órgão genital feminino”) se confronta com a rede sinonímica “mona” (“mona” / “mapô” / “mulher”). Falta a relação entre “mona” e “órgão genital feminino”. Enquanto silêncio, essa hesitação marca o indizível: mona “é” órgão genital feminino. O dito como “mona de equê” (de mentira) significa em relação a esse sentido não-dito: mona (com pênis é) de equê. Essa reflexão será aprofundada adiante.

Por ora, o significante “mona” aparece em todos os exemplos, que fazem circular “uma das marcas mais visíveis da ideologia” (cf. Nunes, 2008; a seguir):

SD 4 (Andréa de Mayo - Goulart de Andrade; recorte I)

A: Mona, acuenda o ocó que o ocó é bem de aquê, quer dizer, mona... [*pedido de repetição silabada*] significa pega o cliente que ele tem muito dinheiro.

SD 5 (Andréa de Mayo; recorte I)

Mona, não acuenda o ocó que o ocó é uó, quer dizer, não, nem chega perto que ele não tem dinheiro.

SD 6 (Andréa de Mayo; recorte I)

Mona, os alibã! Sai todo mundo correndo.

SD 7 (Panther; recorte II)

Acuendar, assim, é você olhar: acuenda, mona! Você olha assim.

SD 8 (Panther; recorte II)

Desacuenda, você sai, né?! Acuenda, mona!

Com Auroux (1998, p. 188), um exemplo “nunca é escolhido por acaso”. Conforme Nunes (2008, p. 117), “[o]s exemplos, quando introduzidos no dicionário, são talvez a marca mais visível de sua ideologia”. Os exemplos de frases transcritas acima produzem efeitos de sentido sobre o cotidiano do trabalho sexual, dando a saber de um interlocutor imaginário, a companheira de trabalho, chamada de “mona”.

Esse significante, que joga sonoramente com “mano”, “mina” e “mana”, é uma marca de ideologia(s) outra(s) que se reproduzem nas práticas entre sujeitos: há *um* significante parafraseado como “todo mundo” (SD 6) e não é “travesti”, a partir de determinada posição de sujeito. Esse silenciamento possibilita o jogo com outros significantes, que não aqueles em jogo com o significante “travesti”, produzindo um deslocamento em relação ao discurso jornalístico.

Com esse deslocamento, as SD 4 a 8 colocam em circulação sentidos sobre o cotidiano do trabalho ainda invisíveis à ideologia dominante: (a) a precificação do trabalho; (b) a precaução com a polícia; (c) outros modos de interação com as colegas. Na SD 4 e 5, repete-se que o cliente com dinheiro é bom, pois pode vir a pagar (mais) por um serviço sexual; o homem sem dinheiro é mau, pois pagaria pouco ou não pagaria (SD4 e SD5; *Comando da Madrugada*, c. 1988).

Trata-se de uma relação imaginária com a exploração do trabalho sustentada pela ideologia dominante, a partir da qual o trabalho “vale”: como se *deve* e *não se deve* ser explorado, mediante um pagamento? Em sua equivocidade, o pagamento ao trabalho de uma mulher por um homem também pode deslocar a ideologia patriarcal, que tem garantido a reprodução do trabalho gratuito feminino, como pretende ser investigado posteriormente.

Quanto à SD 6 (*Comando da Madrugada*, c. 1988), marca-se a desobediência da polícia. O exemplo “Mona, os alibê! Sai todo mundo correndo” brinca com a repressão, desloca a seriedade institucionalizada para o sujeito policial e produz novos sentidos sobre o policial. Aparentemente,

o discurso sobre o policial se repete, pois é uma relação ideológica marcada por sentidos de captura. Contudo, é outro nome, outra prática: o policial que não captura, que caça e de quem a “caça” foge. A história da multidão *queer* se reinscreve como crime; mas há sentidos outros, como a de uma possível fuga.

Por fim, discursos sobre os modos de interação entre colegas (SD7 e SD8; *Documento Especial*, 1999) se inscrevem nas entradas “acuendar” e “desacuendar”. A princípio, a ilusão de equivalência aponta para uma ação: “você olha” e “você sai”, respectivamente. Em seguida, enuncia-se um significante semelhante (“acuenda, mona!”), que contam com diferente coreografia do corpo nas respectivas tentativas de tradução. Aparentemente, o significante “acuenda, mona!” marca uma relação ideológica de chamada de atenção, de criação de vínculo com a colega de trabalho. Desloca-se de uma memória do discurso lexicográfica sem o corpo para uma lexicografia linguística e gestual, possibilitada pelo audiovisual, recobrando a tensão entre o que/como (não) deve ser feito com o corpo em pajubá.

III. mulheres de mentira, de canudinho; gayrotas: Por fim, a SD 9 (*Documento Especial*, 1989) acirra a tensão entre dois posicionamentos: no *corpus*, o significante “mona” comparece novamente, distanciando ou aproximando-se de outros significantes. Aí se marca uma formação ideológica outra, que faz circular sentidos ainda invisíveis, como a de uma “estrutura implacável” da interpelação como “menino” ou “menina” (cf. Althusser, 1980) não mais tão implacável assim.

SD 9 (Panther - Jocastra Josiane; recorte II)

J: Mona somos nós, moninhas.

P: Monas de equê!

J: Monas de equê. Equê quer dizer mentira.

P: É, quer dizer mulheres de mentira, então mulheres de canudinho ou gayrotas, tanto faz.

No início da SD 9, a busca de definir “nós” em pajubá, sob a ilusão de uma estabilidade do sentido, faz circular discursos sobre a tensão entre “mona” / “moninha”, de um lado; “mona de equê” / “mulheres de mentira” / “mulheres de canudinho” / “gayrotas” / “tanto faz”, de outro. Decerto, a presença da tensão aponta para a filiação ao discurso dominante sobre o corpo, que

estabelece certa relação entre o pênis e o homem, a vagina e a mulher, como a verdadeira. Por outro lado, a ausência de uma tensão pode apontar para outro discurso ainda invisibilizado, em que há relação entre pênis e mona (“canudinho”).

Joga-se com o impossível: o indizível de “mulher”. Novos sentidos são visibilizados, como “mulheres de canudinho”, “m. de mentira” e “gayrotas”, atualizando a memória do significante “mulher” adjetivado (inclusive, uma boa parte que se refere à prostituta: mulher da rua, da vida, mulher pública) e a relação entre “gay” e “garota”, em sua equivocidade. O discurso sobre “nós” compõe a luta ideológica, a dominação e a resistência das travestis profissionais do sexo: os sentidos impossíveis para a ideologia dominante, o de uma “mulher com pênis”, de uma “gay-mulher” etc. não são ditos, mas constituem os sentidos da SD 9.

Para concluir, o significante “tanto faz” (SD 9) compõe o discurso sobre “nós”. Em texto sobre a “recusa *queer*”, Leap (2021, p. 218) explica: “O sujeito/agente reconhece as pressões para se conformar a demandas normativas. Contudo, o sujeito/agente não quer nada com essas demandas [...] e obrigações que elas impõem”. Em uma perspectiva discursivo-materialista, o sujeito do discurso jornalístico pajubá-português, na medida em que tece uma relação com a língua (a de selecionar entradas e defini-las), pode deslocar-se da ideologia dominante, não por sua agência, mas pelo sem sentido que não cessa de retornar à “estrutura” (jamais) “implacável” da configuração de uma identidade como “menino” ou “menina”, bem como à equivalência jamais alcançável entre uma língua e outra.

Considerações finais

O primeiro gesto da análise (“o efeito-começo”) permitiu compreender como ocorre a reprodução do efeito ideológico de complementaridade entre a unidade da língua (nacional) e a diversidade da língua, no discurso jornalístico pajubá-português. Esse efeito se reproduz por meio da repetição do significante “próprio”, que faz trabalhar o imaginário de uma língua comum a todos e de uma língua própria a alguns. Também foi possível iluminar uma tensão entre a subcategorização ou a abrangência do pajubá, correspondendo a dois posicionamentos em confronto. Este último posicionamento pode vir a compor a resistência das travestis profissionais do sexo, dado o efeito de engrandecimento do pajubá, com sua equivocidade.

O segundo gesto de análise (“nomes de sujeitos”) investigou uma parte do vocabulário pajubá-português. Após a análise, compreendeu-se como

uma evidência com certos sentidos, apagando outros sentidos possíveis, faz circular certas imagens do trabalho e da vida de uma travesti profissional do sexo: o trabalho assalariado; a clientela masculina; o aparato repressivo; a “sua” identidade etc. Há sentidos outros que ressoam, como a de “nomes de sujeitas” hesitantes, sem consenso, desimportantes, em confronto com a univocidade e com a evidência de sentido de “travesti”, delimitando uma divisão do discurso jornalístico pajubá-português.

Na esteira de Pêcheux (1990), o “efeito que [elas] exercem falando ‘em nome de...’ é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar, pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto” (Pêcheux, 1990, p. 17). O porta-voz negocia a visibilidade de sentidos invisíveis. Diria Pêcheux (1990): “Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador em potencial, no centro visível de um ‘nós’ em formação” (Pêcheux, 1990, p. 18). Conclui-se que os vocabulários projetam certo “nós” em formação: o das monas, enquanto produtoras de conhecimento sobre a língua, sobre o espaço, sobre as relações sociais ausentes do imaginário de povo brasileiro que o dicionário da língua nacional faz trabalhar; o das monas, também, enquanto negociantes que, em troca de sua objetificação como “travesti”, permitem que, enfim, o invisível seja visto.

Referências

ALONSO, N. T. de Q. **Do Arouche aos Jardins**: uma gíria da diversidade sexual. 2005, 170 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980 [1970].

ARAUJO, G. C. **(Re)encontrando o Diálogo de bonecas**: o bajubá em uma perspectiva antropológica. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Sociais) – UFU, Uberlândia, 2018, 181 p.

ASTRAL. **Diálogo de bonecas**. Rio de Janeiro: PIM, ISER, PNDS/AIDS, AIDSCAP/BRASIL/FHI, 2019 [1992]. Disponível em: https://issuu.com/jovannacardoso/docs/cartilha_di_logo_de_bonecas. Acesso em: 17 mar. 2021.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1992.

AUROUX, S. **Le langage, la raison et les normes**. Paris: PUF, 1998.

AUROUX, S. Lista de palavras, dicionários e enciclopédias: o que nos ensinam os enciclopedistas sobre a natureza dos instrumentos linguísticos. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas (SP), v. 10, n. 20, p. 9–23, 2007.

AZEREDO, J. C. de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.

CASTILHO, Ataliba T. de; PRETI, Dino (org.). **A linguagem culta na cidade de São Paulo**: materiais para seu estudo. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986.

COSTA, T. de A. da. **Discurso gramatical brasileiro**: permanências e rupturas. Campinas (SP): Pontes, 2019b.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.

COURTINE, J.-J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias**, v. 1, n. 1, p. 14–36, jun. 2016.

DELA SILVA, S.; SANTOS, R. G. dos. A mídia e os dizeres sobre o professor no Brasil: uma análise do discurso jornalístico. **Cad. Letras UFF**, Niterói, v. 29, n. 57, p. 299–317, 2. sem. 2018.

DONO de “palácio encantado” começou como mascate. **Folha**, 11/10/1999. Banco de Dados. Online. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1110199924.htm>. Acesso em: 13 jun. 2025.

ESTEVES, P. **Desejo de enciclopédia**: o saber total. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2023.

INDURSKY, F. Leitura, escrita e ensino à luz da análise do discurso. In: NASCIMENTO, Lucas (Org.). **Presenças de Michel Pêcheux**: da análise do discurso ao ensino. Campinas (SP): Mercado das Letras, 2019.

LEAP, W. Queer refusal. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, v. 52, n. esp., p. 216–229, jan.-dez., 2021.

MARIANI, B. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922–1989). 1996. 256f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 1996.

MEDEIROS, V. Cartografias das línguas: glossários para livros de literatura. **Alfa**, Revista de Linguística, São Paulo, v. 60, n. 1, 2016.

MOURA, J. R. F. **Da sombra às cores**: análise discursiva do dicionário LGBTs Aurélia. 2018. 150f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Linguística), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

NUNES, J. H. Formação do léxico e saber metalinguístico. **Relatos**, n. 5, Campinas, 1997.

NUNES, J. H. Definição lexicográfica e discurso. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas (SP), v. 6, n. 11, p. 9-30, 2003.

NUNES, J. H. Uma articulação da análise do discurso com a história das ideias linguísticas. **Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107-124, jul./dez. 2008.

NUNES, J. H. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília**, v. 3, n. 1/2, ano III, dez. 2010.

ORLANDI, E. P.; SOUZA, T. C. C. Língua imaginária e língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, E. (Org.). **Políticas linguísticas na América Latina**. Campinas (SP): Pontes, 1988.

ORLANDI, E. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas (SP): Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni P. **Terra à vista!** Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas (SP): Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. Ordem e organização na língua. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Pontes: Campinas (SP), 2020 [2004], p. 45-51.

ORLANDI, Eni P. Vão surgindo sentidos. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2. ed. Campinas (SP): Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [1969].

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995 [1975].

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas (SP): Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cad. Est. Ling.**, n. 19, jul.-dez., p. 7-24, 1990 [1982].

PEDRO, J. **Documento Especial**: Travestis. Manchete, 1989. Arquivo de vídeos. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oONClgzq4EM>. Acesso em: 11 set. 2022.

PEREIRA, K. A. **Arquivo de pajubá (1977-1989)**: discursos sobre língua(s) e porvir pedagógico. 2024. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UFF). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2024a.

PEREIRA, K. A. O discurso midiático e formações imaginárias da audiência à transfeminilidade. **VII Seminário de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual** (SEPLEV). Apresentação Oral. Ilhéus, 2024b.

PEREIRA, K. A.; MEDEIROS, V.; COSTA, T. de A. Sobre o gesto de leitura de um arquivo de pajubá: silenciamento, reparação e homenagem. **Caderno de Letras**, n. 54, 2025.

PETRI, V. **Bajubá/pajubá**: de linguajar popular a museu online. 2022. Conferência. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=9snx2Z-XrZQ>. Acesso em: 10 dez. 2023.

PRECIADO, P. B. Multidões queer: nota para uma política dos anormais. **Rev. Estud. Fem.**, 19 (1), abr. 2011.

REDE Manchete. **A TV que foi Manchete**. Reportagem online, s.d. Disponível em: <https://manchete.org/historia/a-historia-da-tv-manchete>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SEQUEIRA, C. M. de. **Jornalismo investigativo**: o fato por trás da notícia. São Paulo: Summus, 2005.

VEM COMIGO. **Goulart e os travestis**. 2016. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=70hpKzDPOwk>. Acesso em: 10 fev. 2022.

WHITAKER, E. de A. *et al.* Estudo biográfico dos homossexuais (pederastas passivos) da capital de São Paulo. Aspectos da sua atividade social, costumes, hábitos, “apelidos”, “gíria”. **Arquivos de Polícia e Identificação**, v. 2, n. 1, p. 244-260, 1938/1940.

Recebido em agosto de 2025.

Aprovado em setembro 2025.